

PAINELISTAS

PAINEL DE ABERTURA INSTITUCIONAL

OS PROTOCOLOS PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E RACIAL COMO MARCO PARA DECISÕES TRANSFORMADORAS DA JUSTIÇA



MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Jurista, professor e magistrado brasileiro, atualmente ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é mestre pela Universidade Yale e doutor pela UERJ, tendo realizado estudos de pós-doutorado na Harvard Law School.



MINISTRO ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ

Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Doutor e Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP); Professor de Direito Processual do curso de Mestrado e Doutorado da UniNove. Professor do Mestrado Profissional em Direito do IDP. Membro (coordenador) do Grupo de Trabalho destinado à regulamentação de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento pessoal em processos criminais e a sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário e do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de diretrizes envolvendo a dosimetria da pena nos processos criminais, dentre outros. Autor de dezenas de artigos e livros jurídicos, com destaque para: Processo penal pensado e aplicado - Brasília Jurídica - 2004, A Proibição de Dupla Persecução Penal - Juspodivm - 2022 (2ª edição), Garantias Processuais nos recursos criminais - Atlas - 2013 (2ª edição), Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas - Juspodivm - 2024 (9ª edição); Insignificância Penal: Os Crimes de Bagatela na Dogmática e na Jurisprudência - Juspodivm - 2024 (2ª edição) coautoria; palestrante em diversos Congressos, Seminários e Eventos Acadêmicos.



ADRIANA ALVES DOS SANTOS CRUZ

A juíza federal Adriana Cruz se tornou a primeira mulher negra a ocupar o cargo de secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É professora, doutora em direito penal e titular da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, com uma vasta experiência na magistratura.

CONSTRUINDO EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva
de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres



RENATA GIL

Juíza Titular da 40ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa desde 2007. Presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) nos biênios 2016/2017 e 2018/2019. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no triênio 2020/2022.



JOÃO PAULO SCHOUCAIR

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e promotor de justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), onde atuou como Coordenador do GAECO/MPBA e membro auxiliar da Procuradoria-Geral da República (PGR). Possui ampla experiência na área criminal, com atuação em diversas promotorias de justiça na Bahia. É mestre em Direito pela UFBA, doutorando pelo IDP e pós-graduado em Ciências Criminais. Além disso, possui formações internacionais na Harvard Kennedy School (EUA), Università degli Studi di Roma Tor Vergata (Itália) e American University (EUA), com especializações em combate ao crime organizado, negociação penal e aprimoramento jurídico para magistrados.



ELISA CALCATERRA

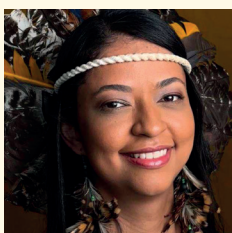
Diretora Residente Representante Adjunta (DRR) do PNUD Brasil, após atuar como DRR interina no Escritório Conjunto do PNUD, UNICEF e UNFPA em Cabo Verde e no PNUD Tadjiquistão. Possui ampla experiência em gestão de programas, operações e avaliações independentes de desenvolvimento, tendo liderado avaliações estratégicas no PNUD Líbia, no Centro de Roma do PNUD e no Quartel-General do PNUD (HQ), incluindo a primeira avaliação de um programa da ONU no Iraque após a crise do ISIL. Trabalhou na UNEP como Strategic Planning Officer, alinhando a estrutura de governança ambiental à Reforma da ONU. Sua trajetória inclui passagens pela Comissão Europeia, Instituto Federal de Tecnologia da Suíça (EPFL), União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. É mestre em Gestão do Desenvolvimento pela London School of Economics e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Trieste e Royal Holloway College (University of London), com certificações em Compras Públicas (CIPS), Meio Ambiente e Segurança (SDG Academy) e Avaliação para o Desenvolvimento Sustentável (Vienna Business School).

CONSTRUINDO EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva
de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres

PAINEL 1

DA ANCESTRALIDADE À JUSTIÇA: “ESCREVIVÊNCIAS” QUE TRANSFORMAM O DIREITO



ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ (Palestrante)

Indígena do Povo Tuxá, é egressa de escola pública e concluiu o ensino médio no Instituto Rodelense de Educação Gratuita. Em 2014, formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sendo a primeira indígena admitida pelo sistema de cotas raciais da instituição a se graduar no curso. Em 2018, obteve o título de mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atuou como professora de Direito Internacional em universidades baianas e possui publicações na área. Atualmente, é Defensora Pública do Estado da Bahia, sendo a primeira indígena a ocupar esse cargo no país, e coordena o Núcleo de Igualdade Étnica da Defensoria Pública.



FLÁVIA MARTINS CARVALHO (Palestrante)

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Juíza-Ouidora do Supremo Tribunal Federal (STF). Doutora em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Fellowship na Columbia Women's Leadership, da Columbia University. Membro do Grupo de Trabalho para tratar de questões raciais no âmbito do Poder Judiciário (Portaria CNJ nº 108/2020). Foi Diretora de Promoção da Igualdade Racial da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) na gestão 2021/2022



WANESSA MENDES DE ARAÚJO (Mediadora)

Doutoranda e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Juíza do Trabalho Substituta 10 Região. Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça na gestão do Ministro Luís Roberto Barroso (2023-presente). Membro do Fórum Nacional para Equidade Racial no Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça. Membro da Comissão de Estudos relativos a questões de gênero, da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho - ENAMAT. É Professora em curso de graduação e pós-graduação em Direito e tutora em cursos de formação em Escolas Judiciais. É autora de artigos científicos. Especialista em Direito e Processo Tributário pela Universidade de Fortaleza e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

CONSTRUINDO

EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres

PAINEL 2

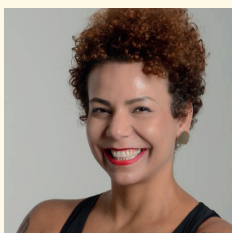
POR UMA JUSTIÇA PLURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS COM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL



TRÍCIA VIVIANE CALMON (*Palestrante*)

Socióloga, especialista em Políticas Públicas de Gênero e Raça e mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com ampla trajetória na gestão pública e na promoção dos direitos humanos, atualmente é Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (SJDH-BA), onde coordena programas de proteção e políticas voltadas para diversas populações em situação de vulnerabilidade. Entre 2021 e janeiro de 2023, atuou como

Especialista em Monitoramento e Projetos na ActionAid Brasil, contribuindo para o desenvolvimento e acompanhamento de iniciativas voltadas à justiça social e equidade. Foi Coordenadora Geral do Programa Corra pro Abraço, Conselheira do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e integrou o Comitê Interinstitucional de Monitoramento e Avaliação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, presidido pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Entre 2012 e 2015, foi Coordenadora Executiva de Igualdade Racial da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, liderando ações como a Rede de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa e a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial do Estado. Também prestou consultoria para a Fundação Kellogg no Programa de Equidade Racial no Nordeste do Brasil e integrou a Assembleia Geral e Conselho do Fundo Baobá para a Equidade Racial.



ÁUREA CAROLINA (*Palestrante*)

Mulher negra ativista, feminista, mãe, liderança popular e ex-parlamentar. Foi vereadora de BH e deputada federal por MG, em mandatos abertos e coletivos que se tornaram referência de inovação democrática no Brasil. Hoje é diretora-executiva no NOSSAS, organização nacional de ativismo popular.



BÁRBARA FERRITO (*Mediadora*)

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre e Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Juíza do Trabalho em Niterói, palestrante, escritora e autora do livro “Direito e desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos”.

CONSTRUINDO

EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres

PAINEL 3

PROTOS PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E RACIAL: NOVOS PARADIGMAS PARA O DIREITO



FABIANA CRISTINA SEVERI (*Palestrante*)

Professora Titular do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-graduação da mesma instituição. É responsável pelas disciplinas de Direito e relações de gênero, Teoria Geral do Estado, Direitos Humanos e Direito Constitucional. Realiza atividades de pesquisa e de extensão ligadas aos temas: Crítica jurídica feminista, acesso à justiça para mulheres e Teorias Democráticas. Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos

Humanos, Democracia e Desigualdades da USP. Participante do Consórcio Lei Maria da Penha pelo fim da violência contra as mulheres baseada em gênero. Participou do Programa Sabático 2021-2022 do Instituto de Estudos Avançados da USP. Fellowship na Universidade de Münster (Dez/2022 a Mar/2023). Coordenou o Projeto Reescrita de Decisões Judiciais em Perspectiva Feminista - Brasil, formado por uma rede de pesquisadoras e acadêmicas brasileiras de diversas regiões do país, entre 2021 a maio de 2023.



THULA RAFAELA DE OLIVEIRA PIRES (*Palestrante*)

Mulher preta de axé, mãe da Dandara e bailarina. Professora de Direito Constitucional da graduação e da pós-graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio. É coordenadora do PPGD/PUC-Rio e do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA, PUC-Rio). Professora visitante Jr. no African Gender Institute (University of Cape Town, CAPES Print/2020). Associada de CRIOLA e integrante da Assembleia Geral da Anistia Internacional no Brasil.



PATRÍCIA MAEDA (*Palestrante*)

Doutora em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Pós-doutora em Direito FDRP-USP. Ex-bolsista do Programme des futurs leaders dans les Amériques (PFLA). Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP, convocada para atuar como Juíza Auxiliar da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho - ENAMAT.

CONSTRUINDO

EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres



LUCIANA LOPES ROCHA (*Mediadora*)

Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Juíza de Direito Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga/TJDFT. Coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher do Distrito Federal – NJM/TJDFT. Possui Pós-Graduação Latu Sensu em Direito e Jurisdição com Área de Concentração em Gênero e Direito (Esma/DF). Integra o Colégio de Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro – Cocevid. Foi Ex-

-Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher- Fonavid (2018). É integrante dos Comitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário; de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero; e de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. É Membro do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Integra o Comitê Gestor do Fonavim – Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o Comitê Executivo vinculado à Ouvidoria Nacional a Mulher. É Formadora e Tutora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e da Escola de Formação Judiciária do TJDFT nas temáticas violência doméstica e familiar contra as mulheres e perspectiva de gênero.



PAINEL 4

APLICAÇÃO DOS PROTOCOLOS PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E RACIAL NA DEFESADOS DIREITOS HUMANOS



ALICE BIANCHINI (*Palestrante*)

Doutora em Direito pela PUC/SP. Conselheira de Notório Saber do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas (ABMCJ). Coordenadora do Curso de Especialização Direito das Mulheres: teoria, prática e ação transformadora (www.meucurso.com.br), juntamente com Sílvia Pimentel. Autora, dentre outros, dos seguintes livros, em coautoria: Crimes contra mulheres, Juspodivm, 7ª edição, 2025; Feminismo(s), Matrioska, 2ª

edição, 2024; Crimes contra Crianças e Adolescentes, Juspodivm, 3ª edição, 2025 e Manual de Direito Eleitoral e Gênero, Juspodivm, 2024. Entre 1997 a 2000 foi professora da Faculdade de Direito da USP. Nos anos de 2003 a 2014 exerceu a Coordenação-Geral dos Cursos de Especialização da Rede de Ensino LFG. Foi Conselheira Federal da OAB por SP e Vice-Presidenta da Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA), ambos entre 2019-2021.

CONSTRUINDO

EQUIDADE

Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres



AMANDA SOUTO BALIZA (Palestrante)

Advogada e palestrante. Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica (2012), especialista em Direito da Saúde (2019), atuante na área de direito antidiscriminatório com foco na garantia de direitos individuais e difusos da população LGBTI+ e direito da saúde. Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Goiás (2021), Conselheira Seccional pela OAB Goiás (2022-2024 e 2025-2027) e Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Nacional (2023-2025). Representante da OAB Nacional no Conselho Nacional LGBTQIA+ do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Representante da OAB no Comitê de População em Situação de Rua e no Fórum Nacional de Promoção de Direitos LGBTQIA+, ambos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenadora da área jurídica da Aliança Nacional LGBTI+, Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas.



FAYDA BELO DA COSTA GOMES (Palestrante)

Advogada Criminalista especialista em Crimes de Gênero, Direito Antidiscriminatório e Feminicídios. Fayda é escritora do livro *“Justiça para todas: o que toda mulher deve saber para garantir seus direitos”*, um guia que esclarece crimes de gênero para as mulheres. Atua também como palestrante, professora convidada e consultora de gênero para empresas públicas e privadas, incluindo instituições do sistema de justiça, integra a lista do Brazil Charlab como uma das advogadas mais influentes do Brasil (Brazil's Most Influential Lawyers), vencedora dos prêmios Sim À Igualdade Racial 2024, na categoria Influência e Representatividade Digital, Best Sister In Law 2023 como melhor advogada do Brasil em Direito Antidiscriminatório, Prêmio Esperança Garcia 2024 da OAB/SP, na categoria Direitos da Mulher e prêmio Mulheres Inspiradoras 2024, que premia a alta liderança feminina no Brasil, na categoria educação, além de Comenda Medalha do Mérito do Ministério Público pelos relevantes trabalhos prestados a sociedade. Fayda é fonte especializada em crimes de gênero dos principais veículos de imprensa do país. Atualmente, Fayda Belo ocupa cadeiras de destaque em mesas que discutem suas principais áreas de atuação, como membra do Comitê permanente do Fórum Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher (FONAVIM) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Diretoria Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Membro do Instituto Bertha Lutz, Diretoria do Instituto Mulheres no Poder, além de Idealizadora do Justiça Para Todas Summit, primeiro evento do Brasil a debater o combate à violência contra a mulher no mercado de trabalho. Como criadora de conteúdo digital, suas redes sociais reúnem uma comunidade com mais de 2 milhões de pessoas, onde ensina de maneira didática e sem juridiquês sobre o direito das mulheres.



ADRIANA RAMOS DE MELLO (Mediadora)

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestrado em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutorado em Direito Público e Filosofia Jurídicopolítica pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015). Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro. Professora e conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia NUPEGRE, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora da Pós-Graduação *latu sensu* Gênero e Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito – PPGPD/Enfam - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Direitos Humanos e Acesso à Justiça da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Coordenadora da COEM - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJRJ.

